



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

RITA AISSATU BANGURA

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA GUINÉ-BISSAU: UM ESTUDO
SOCIOLOGICO SOBRE DESIGUALDADE DO GÊNERO NO ACESSO DAS
MENINAS À EDUCAÇÃO NO SECTOR DE SAFIM REGIÃO DE BIOMBO 2010 A
2015**

ACARAPE

2023

RITA AISSATU BANGURA

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA GUINÉ-BISSAU: UM ESTUDO
SOCIOLÓGICO SOBRE DESIGUALDADE DO GÊNERO NO ACESSO DAS MENINAS
À EDUCAÇÃO NO SECTOR DE SAFIM REGIÃO DE BIOMBO 2010 A 2015

Projeto de Pesquisa apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus Ceará.

Orientador: Prof. Dr. Segone N´dangalila Cossa

ACARAPE

2023

RITA AISSATU BANGURA

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA GUINÉ-BISSAU: UM ESTUDO
SOCIOLOGICO SOBRE DESIGUALDADE DO GÊNERO NO ACESSO DAS
MENINAS À EDUCAÇÃO NO SECTOR DE SAFIM REGIÃO DE BIOMBO 2010 A
2015**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus Ceará.

Aprovado em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Segone N'dangalila Cossa (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB.

Ms. Iadira Antonio Impanta –(Examinadora)

Doutoranda em Antropologia Social - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Ms. Mamadu Seide (Examinador)

Doutorando em Direito – Universidade de Brasília (UNB)

“Se você fala com um homem em uma língua
que ele compreende, isso vai para a sua
cabeça. Se você fala com ele em sua língua,
isso vai para o seu coração.”

Nelson Mandela

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Mapa de Localização geográfica de setor de Safim	6
Figura 2 - Mapa Étnico da Guiné-Bissau.	8

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	JUSTIFICATIVA	9
3	PROBLEMA DA PESQUISA	11
4	HÍPOTESE	12
5	OBJETIVOS	13
5.1	OBJETIVO GERAL	13
5.2	OBJETIVOS ESPECÍFICO	13
6	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
6.1	DESIGUALDADE DO GÊNERO	14
6.2	INCLUSÃO DAS MENINAS NAS ESCOLAS	18
6.3	POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS	20
7	METODOLOGIA	22
8	CRONOGRAMA	23
	REFERÊNCIAS	24

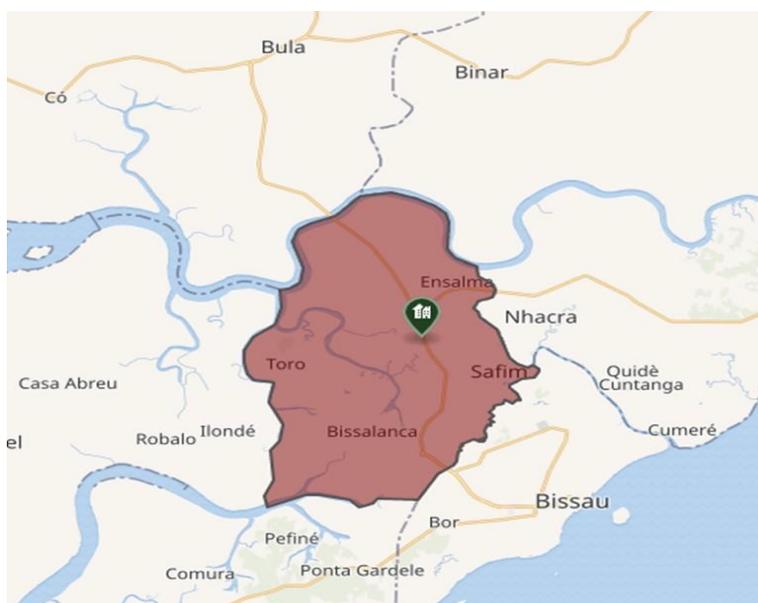
1 INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa tem como objetivo analisar a desigualdade de gênero na Guiné-Bissau, no sector de Safim, região de Biombo, principalmente, no acesso das meninas à educação. Nessa esteira de pensamento, discutir-se-á os fatores que afetam o sistema educativo. Portanto, antes de adentrar profundamente no trabalho investigativo, deduzimos que é pertinente contextualizar geograficamente o país em que se pretende realizar o trabalho.

A Guiné-Bissau fica situada na Costa da África, fazendo fronteira com dois países vizinhos francófonos. Para o Norte está o Senegal e para o Sul está a República de Conakry. Do mesmo modo, a Oeste está o Oceano Atlântico. Administrativamente, a Guiné-Bissau está dividida em oito regiões e com um Sector autónomo de Bissau-SAB, nomeadamente: Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara e Tombali. As regiões estão por sua vez divididas em trinta e seis sectores (36) e estes em seções, compostas por tabancas (aldeias).

A Região de Biombo é uma região administrativa da Guiné-Bissau, localizada no centro-oeste do país. É limitada a norte pela região de Cacheu, a leste pela região de Oio e Setor Autónomo de Bissau, a sul pela região de Quinara e a oeste pelo Oceano Atlântico. Subdividido em três (3) sectores que são: Prabis, Quinhamel e Safim.

Figura 1 - Mapa de Localização geográfica de setor de Safim



Fonte: Wikipédia, 2020.¹

¹ Disponível em: <https://abre.ai/safim> Acesso em: 30.jan.2023.

Safim é um sector da região administrativa de Biombo na Guiné-Bissau, localizado no leste de sua região, sendo cercado por rios em quase todas as direções. Limitado ao norte pelos setores de Bula e Binar, ao leste pelos setores de Nhacra e Bissau, ao oeste pelo setor de Quinhamel e ao Sul pelo Setor Autônomo de Bissau, com superfície total de 174,8 km², segundo censo 2009, com população total de 17.356 habitantes.

Segundo estudo realizado pela Associação Nacional de Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas – ANEME (2018), o país é constituído por uma parte continental (cerca de 470.000 hectares, 15% de território considerado área protegida) e outra insular que engloba o Arquipélagos Bijagós, composto por 88 ilhas e ilhéus dos quais somente 17 são habitadas. De acordo com N'bundé (2018), a Guiné-Bissau possui uma superfície total de 36.125 km², com uma população estimada em 1.746.000.

O país tem como língua oficial o português, no entanto, somente uma pequena parcela da população guineense fala português, tendo o crioulo como a língua dominante por grande número da população Bissau-guineense. Conforme o Censo de 2009, o português é falado por 46,3% da população nas zonas urbanas e 14,7% no meio rural, enquanto o crioulo, sendo a língua franca da Guiné-Bissau, é falado por cerca de 70% da população total do país. Vale salientar que existem línguas faladas por diferentes grupos étnicos que constituem a esfera populacional. Línguas tais como: Balanta, Fula, Papel, Sosso, Manjaco, Nalu, Biafada, Mancanha, Felupe, Mandinga, Mansoanca e Saracolé. Essas línguas podem ser verificadas em todo o território nacional, considerando a predominância regional de uma sobre as outras.

Segundo aos dados do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH, 2009), a estrutura por sexo e grupos de idade, está dividida de seguinte forma: a) jovem, com menos de 20 anos, corresponde a 54,3% da população; b) apenas 3,2% tem 65 anos ou mais. A pirâmide de sexo constata que a população menor de vinte anos é relativamente mais elevada entres os homens, 56%, do que entre as mulheres 52,7% apesar das diferenças serem pouco significativos. A população com idade compreendida entre 20-64 anos corresponde cerca de 42,5% ao nível nacional, 43,2% entre as mulheres e 41,1% entre os homens. Os idosos de 65 e mais anos ou mais correspondem a 5% entre as mulheres contra 2,9% entre os homens. Também importa salientar que 0,2% não declaram as suas idades.

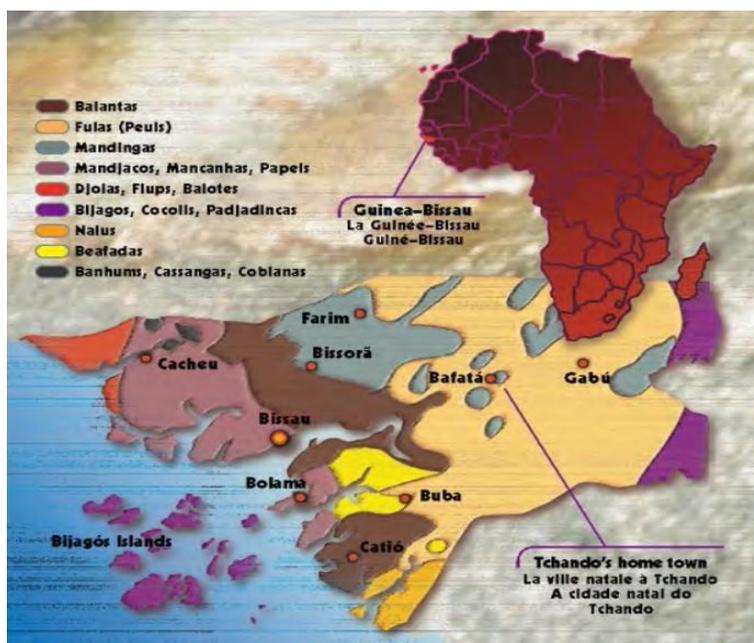
Em termos percentuais da densidade populacional, segundo os dados do Recenseamento Geral da População e Habitação RGPH-2009, Tombali tem 6,3%, Quinara possui 4,2%, Oio 14,9%, Biombo 6,4%, Bolama Bijagós 2,2%, Bafata 13,9%, Gabú 14,2%. Cacheu 12,8% e Sector Autônomo de Bissau 25,2%. Importante salientar que no RGPH-2009, 39,65% da população residia no meio Urbano e 60,4% no meio Rural.

Segundo o relatório da UNICEF (2019), a Guiné-Bissau ficou na 178ª posição no índice de desenvolvimento humano (IDH) dos 189 países e territórios considerados com um índice médio (0,455), bem abaixo da média dos países da África e África Subsaariana (0,537). As mulheres e crianças estão particularmente expostas à pobreza e vulnerabilidade.

Ainda sobre a pobreza e vulnerabilidade das mulheres, dados do Ministério da Economia e Plano e Integração Regional do Instituto Nacional de Pesquisa (2020), atestam que Guiné-Bissau possui uma percentagem de mulheres de idades entre 15-49 anos, cerca de 49,8% de mulheres, totalizando aproximadamente 822.990.

A Guiné-Bissau possui um patrimônio rico e diversificado, com diferentes línguas étnicas que produzem grande variedade na dança, expressão artística, tradição musical e nas manifestações culturais. A dança, contudo, é uma verdadeira expressão artística de diversos grupos étnicos. Os povos animistas que se caracterizam pelas coreografias, fantásticas nas manifestações culturais que podem ser observados por ocasião como nas cerimônias, casamentos e entre outros. O estilo musical mais tocado é o Gumbé.

Figura 2 - Mapa Étnico da Guiné-Bissau.



Fonte: Tchando s/d.²

Existem entre 27 a 40 grupos étnicos. As etnias com maior expressão na Guiné-Bissau, segundo os censos de 2009, são: a Fula 28,5% que vive essencialmente no leste do país – Gabú e Bafatá, seguida da etnia Balanta 22,5% da população que se encontra principalmente

² Disponível em: <http://www.tchando.com/gui4.html>: Acesso em 14 de julho de 2022.

nas regiões Sul Catió e Norte Oio, a Mandinga com 14,7%, no Norte do país, a Papel com 9,1% e a Manjaca com 8,3%. Com expressão menores encontramos ainda as etnias Biafada 3,5%, Mancanha 3,1%, Bijagó (como o próprio nome indica, vive no Arquipélago dos Bijagós e representa 2,15% da população total), Felupe com 1,7%, Mansoana 1,4% ou Balanta Mane com 1%. As etnias Nalu, Saracolé e Sosso representam menos de 1% da população guineense e 2,2% assume não pertencem a qualquer etnia.

2 JUSTIFICATIVA

A colonização foi um fator dismantelador das sociedades africanas em geral, sem exceção da Guiné-Bissau. Esta por sua vez criou a cultura patriarcal que durante vários anos enraizou-se nas famílias e sociedades guineenses, posto que, verifica-se a dualidade rígida e a cultura de "Matchundade". Oyewumi (2021), ao tratar sobre as sociedades africanas, aponta que a construção da identidade de gênero na sociedade iorubá ao longo dos anos foi fixada nos corpos das iorubás pelo ocidente.³ Comparando com a realidade da Guiné-Bissau, percebe-se também certa influência ao que tange a construção do ser mulher na sociedade guineense e é a partir desta reflexão que escolhi desenvolver este projeto de pesquisa.

A primeira reflexão deriva de um interesse pessoal, compreendendo a partir da minha realidade, sendo que as meninas têm fraco acesso às instituições educacionais. Nessa esteira, partindo da minha vivência, no sector de Safim, quando mais jovem estudava em uma turma de 45 alunos, onde tinham 15 meninas e 30 meninos. Um dos questionamentos que faço é, a que se devia essa disparidade? Ao longo da minha trajetória escolar sofri vários problemas em questão de alcançar meus objetivos na área da educação formal. Fiquei anos sem estudar porque minha família não tinha condições financeiras e quase me casei precocemente. Tais problemas continuam atravessar a vida de meninas que, como eu, pouco têm acesso à educação formal.

Meu pretendente era um primo, que foi até a casa da minha mãe me pedir em casamento. Na época eu tinha 14 anos e minha mãe e meu pai não aceitaram. Minha mãe sempre dizia para mim que ela não teve oportunidade de estudar, porque os pais dela arranjaram um homem para ela se casar, quando ainda era bem jovem. Por conta da sua experiência, não queria que qualquer uma das suas filhas ficasse fora da escola. Minha mãe precisou trabalhar muito para nos colocar na escola.

³ Oyewumi (2021), aborda sobre a construção da identidade mulher iorubá a partir dos olhares ocidentais. Essa perspectiva se assemelha muito com a construção da identidade mulher na Guiné-Bissau.

Minha mãe foi uma mulher batalhadora, que vendia produtos para pagar os estudos dos seus filhos, que acordava toda madrugada para se preparar para o dia de luta, àquela cujo sonho era me ver formada e assim poder ajudá-la e ajudar minha família. Lembro que ela dizia para mim “Rita você tem que se formar para poder me ajudar, estudem porque eu não tinha como estudar”.

Dedico o presente trabalho a ela, respeitando sua luta e sua força e, por extensão, ao citá-la, refiro-me a todas as mães que têm lutando para mandar e manter suas filhas na escola. Hoje estou aqui a escrever este trabalho por causa desse empreendimento feminino.

Além da falta de acesso à educação por recursos financeiros, outras precariedades afetam o acesso das raparigas à educação formal, tais como: a gravidez precoce e o casamento prematuro. Segundo o Inquérito de Indicadores Múltiplos 2018-2019, realizado pelo Ministério da Economia e Plano de Integração Regional (2020), a taxa de maternidade precoce entre as mulheres de 15 a 19 anos é de 2.358. As mulheres que tiveram seus filhos nascidos vivo correspondem a percentagem de 15,2%, e as mulheres que estavam grávidas do primeiro filho correspondem a 3,9%. Totalizando as que tiveram um nascimento vivo ou as que estavam grávidas do primeiro filho tem a percentagem total de 19,1%. E a percentagem das mulheres que tiveram nascimento vivo antes de 15 anos corresponde a 1,2%.² Esses fatores contribuem para o distanciamento das meninas ao ambiente escolas em Guiné-Bissau.

Ser mulher na Guiné-Bissau ainda constitui um fator de tabu, as meninas são vistas como instrumentos reprodutores e cuidadores, que só podem cuidar da casa e dos filhos, impossibilitando um poder de decisão sobre si, o que as afeta diretamente. Segundo a coordenada da Organização Não-Governamental (ONG) Voz di Paz, Mendes (2018), as mulheres estão ausentes nas tomadas de decisões na maioria das instituições de poder, por exemplo, no assento parlamentar, onde estas são a minoria.

Refletir sobre isso é importante, porque possibilita a compreensão das dinâmicas sociais guineense, ademais, garante o entendimento acerca de desigualdade do gênero no país. A inclusão das mulheres na educação ajudaria no crescimento do sistema de ensino, ou seja, com a presença das mulheres no ensino guineense as dinâmicas das pesquisas sobre o feminismo, mulherismo entre outros temas que tratam das suas vidas ganharão outras dimensões críticos e analíticos.

Quanto à relevância da pesquisa, ela tem sua importância política e epistêmica, pois, o acesso das meninas a educação reduzirá as desigualdades do gênero e promoverá a equidade. Com a criação da sociedade inclusiva o país terá ferramenta suficiente para o enfrentamento da pobreza. Segundo Banco Mundial (2012) aponta que, a igualdade de gênero é importante como

instrumento de desenvolvimento, assim como a busca sólida de uma sociedade equitativa, e auxilia no desenvolvimento da economia do país. Portanto, investir na educação inclusiva é transformar a comunidade.

A educação ajuda na formação dos sujeitos críticos e orientados pelas razões, mas sobretudo a promoção da liberdade e autonomia para os indivíduos. A educação também é o caminho para conquistar melhores condições ocupacionais e promover mais igualdade no mundo, e principalmente na Guiné-Bissau.

Pensando politicamente, a educação indica caminhos para o debate e troca de ideias e assim, reabilita a resolução de conflitos por meios de diálogos em detrimento da violência. Para o país, a educação promove desenvolvimento econômico, isso porque, a produtividade do trabalho, assim como, o acesso ao emprego, depende, dentre outros fatores, da qualidade do alcance educacional. É importante salientar que, o acesso à educação para as meninas pode ser mais ou menos desigual, dependendo das políticas públicas e das decisões tomadas pelas sociedades.

Esse trabalho visa contribuir para evolução das meninas e ao acesso à educação, para fomentar o desejo de reduzir a desigualdade, para que a sociedade saiba que as mulheres precisam estar nos espaços públicos, sobretudo contribuir para o desenvolvimento do país.

3 PROBLEMA DA PESQUISA

A natureza da nossa pesquisa está voltada para a compreensão da desigualdade de gênero no acesso das meninas à educação na Guiné-Bissau. A nossa pesquisa delimita-se ao setor de Safim - Região de Biombo. Vale destacar que a colonização foi um fator fundamental para reversão das estruturas sociopolíticas na Guiné-Bissau.

Cabnal (2018) afirma que, o patriarcado não nasceu na natureza porque a natureza não gera opressão e violência, a herança patriarcal do funcionamento da sociedade colonial foi herdada pela sociedade guineense. Nesta perspectiva, Oyewumi (2021), afirma que, é uma herança da velha somatocentralidade do pensamento ocidental. A desigualdade do acesso à educação constitui um fenômeno de exclusão entre os gêneros, e isso repercute muito em muitas áreas, mas sobretudo, na educação. A desigualdade de gênero não é uma questão nova, e essas diferenças entre os sexos, são as mulheres as que mais sofrem na diferenciação, tanto na estrutura familiar como na sociedade.

Outro problema constante na Guiné-Bissau é o fraco investimento na construção de escolas por parte do Estado que, desde a independência, não faz investimentos significativos.

Por outro lado, a sociedade não está totalmente consciente que o acesso à educação é um direito para todos, conforme a constituição da República da Guiné-Bissau (1996) no artigo 49^a, inciso I^o, todo o cidadão tem o direito e o dever da educação.

Dados do relatório do Ministério da Economia e Finanças sobre o orçamento geral do Estado (OGE) em 2010, apresenta investimento no setor da educação de apenas 12,18% que corresponde ao montante de 5.116 milhões de FCFA. Neste relatório, o governo aponta que o setor da educação é a prioridade.⁴ Segundo o relatório do mesmo ministério que trata do (OGE) em 2015, aponta que o investimento no setor da educação é de 12.6% que corresponde a 9.961 milhões de FCFA. Comparado com o ano anterior, 2014, de fato houve um aumento significativo, de 7,2%.

Quando comparado com outras áreas, ou ministérios, vê-se alguma disparidade em termos do investimento. O Ministério da Economia apresenta que houve investimentos superiores os da educação, 13,82%. O ministério da agricultura também teve um investimento superior, de 16,24%. A educação teve também um investimento superior a de outras áreas como, a saúde, defesa e outras áreas em 2010. No ano de 2015, o investimento na educação superou todas as outras áreas como saúde pública, defesa, agricultura e pescas, tendo um investimento de 12.6%.⁵

O direito à educação pressupõe o acesso a uma escola com condições de funcionamento, seja na infraestrutura, através dos professores que precisam ter condições de trabalho, mas também, no processo pedagógico, na forma de ensinar nas condições adequadas. Portanto, formulamos algumas questões pertinentes para nos debruçar durante a feitura do trabalho: quais são os mecanismos que produzem e reproduzem a desigualdade do gênero no âmbito da educação formal? Quais são os fatores que provocam a restrição das meninas dentro dos espaços educacionais e políticas dentro da sociedade guineense? Quais fatores influenciam a evasão das meninas nas escolas? Até que ponto podemos considerar a existência do desinteresse como um fator negativo para as meninas?

4 HIPÓTESE

O direito à educação na sociedade guineense está sendo violado quando o Estado não

⁴ Ministério das Finanças da Guiné-Bissau. Orçamento Geral do Estado 2010. Bissau - Novembro, 2009. Neste orçamento consta as percentagens das despesas do Estado Guineense com a educação e outras áreas, na qual verifica-se uma disparidade em termos do investimento.

⁵ Ministério da Economia e Finanças da Guiné-Bissau. Orçamento Geral do Estado 2015. Bissau - setembro, 2014. Este orçamento também mostra uma disparidade em termos de investimento no setor educativo e em outras áreas.

cria condições para que meninas tenham acesso à educação, como preconiza a constituição no seu artigo 49^a.

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Compreender como se manifesta a desigualdade de gênero no acesso das meninas à educação formal (escolarização) em comparação com o acesso dos meninos.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICO

- Identificar o papel do Estado na promoção da igualdade de gênero no sistema educativo;
- Verificar se os programas da educação atendem às demandas das meninas no espaço educacional no sector de Safim;
- Analisar os fatores que influenciam a evasão das meninas nas escolas do sector de Safim.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Fundamentação teórica deste projeto será desenvolvida em três tópicos. O primeiro, apresenta uma discussão sobre desigualdade de gênero, no segundo momento falaremos sobre a inclusão das meninas nas escolas, e no terceiro e o último tópico, debateremos a questão das políticas públicas educacionais.

Na Guiné-Bissau, o orçamento do Estado para investir na educação não é suficiente para construir políticas públicas que garantam o acesso das meninas nas escolas públicas. Por conta disso, no sector de educação de Safim não existem políticas de incentivo para a permanência e saída exitosa de meninas nas escolas públicas. Em abono da verdade, considerando o investimento na educação no país inteiro, ressalta-se que Safim não é exceção. Cá (2008) nos apresenta que em Guiné-Bissau a falta de leituras holísticas e multidisciplinares sobre questões da educação conduzem a processos de tomada de decisões equivocadas.

A Guiné-Bissau é um país pobre, com 80% da população vivendo da agricultura e esta tem sido realizada de forma mais tradicional (por meio de arado, catana, enxada, foice etc.), por isso não deveria tomar uma decisão de limitar a idade no ingresso em nenhuma de suas modalidades de ensino, tendo em conta o seu enquadramento econômico (CÁ, 2008, p. 210).

A desigualdade de gênero muitas vezes dificultam as mulheres de estarem presentes

em certos lugares, mas sobretudo no espaço escolar e isso afeta diretamente nas altas taxas de não-alfabetização. Dos fatores que contribuem para isto, destaca-se: a evasão escolar, influência religiosa e cultural. Em ambos os casos, estas poderiam ser sanadas com políticas públicas que promovessem um ensino de qualidade.

6.1 DESIGUALDADE DO GÊNERO

Gênero se caracteriza como uma forma de diferenciação social entre o sexo masculino e sexo feminino, tal processo inicia com agentes socializadores primários e se perpetuam ao longo da vida/trajetória dos agentes colonizados. Para Lugones (2014), pensar sobre a colonialidade do gênero permite-nos pensar em seres históricos compreendidos como oprimidos apenas de forma unilateral. A construção social dos papéis é um exemplo, onde se tem cerceado o leque de possibilidades de escolhas das raparigas ao associá-las aos papéis como dona de casa, esposa e cuidadora de crianças e idosos. Neste caso, as mulheres têm os seus espaços de atuação, desde a infância, restringidos.

Segundo Impanta (2015), a categoria “mulher” é uma construção social, mas, dentro do contexto da Guiné-Bissau, eram visíveis as dificuldades teóricas para explicar a opressão das mulheres nas diferentes teias de relações sociais em que homens e mulheres cotidianamente convivem. Uma vez que essa diferenciação, na nossa sociedade, é verificada como uma forma de inferiorizar as mulheres, ou seja, excluir elas de determinados espaços.

O gênero é uma construção social que define socialmente os homens e as mulheres, ou seja, o seu comportamento e a sua determinada função na sociedade. A equidade de gênero subentende não somente igualdade de oportunidades segundo o gênero, mas, sobretudo, o reconhecimento das singularidades, e valorização da contribuição social e cultural dos homens e as mulheres. (VOZ DI PAZ, 2018, p. 34).

Assim, compreende-se que ao longo do tempo, o gênero tem sido considerado para diferenciar homem e mulher, sobretudo, pela superioridade masculina e para afirmar a inferioridade feminina. Por outro lado, a construção social baseava-se no gênero para não aceitar a integração feminina dentro da sociedade, quer na participação da cidadania e assim como, na divisão das tarefas, que eram socialmente consideradas posições do gênero masculino.

Raramente elas eram chamadas a assumirem a liderança política: quando se tratava de falar em público ou ser escolhida como representante do grupo, elas sempre eram esquecidas e cabia-lhes, em geral, o papel de secretárias e ajudantes de tarefas consideradas menos nobres, como fazer faixas ou panfletar. (GROSSI, 1998, p. 2, apud SARTORI, 2008).

A desigualdade de gênero na educação na Guiné-Bissau assume muitas formas, dependendo do contexto. Embora a desigualdade de gênero afete meninas e meninos, mulheres e homens, as meninas e mulheres continuam mais frequentemente em desvantagem. Entre os obstáculos no caminho das mulheres e meninas está a capacidade de exercer o seu direito de participação na sociedade, e se beneficiar da educação, tendo como desafios a ser superado a pobreza, o isolamento geográfico, a condição de minoria, deficiência, o casamento precoce, a gravidez precoce, a violência de gênero e atitudes. “O sistema de gênero é não só hierárquica mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade e, portanto, gênero às colonizadas” (LUGONES, 2014, p. 942). Com embasamento nessa afirmação, percebe-se que a questão do gênero tem como suporte a ideia europeia, ou seja, depois de colonização, o país passa a seguir padrões ocidentais de organização, o que leva as mulheres a serem vistas como as que não devem ter a mesma competência com os homens.

A discriminação de gênero na educação na Guiné-Bissau é simultaneamente uma causa e uma consequência de formas mais amplas de desigualdade de gênero e mediante sistemas de ensino. Como afirma Seide (2022):

Conforme a Lei Maior, a educação é um direito de todos e, como tal, deve ser garantido, respeitado e protegido sem discriminação, principalmente de natureza sexual, devendo as mulheres gozarem de iguais oportunidades e condições com os homens em todas as esferas da vida, dentre elas, a educação. (SEIDE, 2022. N/P).

A sociedade guineense legítima e molda as diferenças entre sexos, desde o princípio da formação cidadã guineenses, pois, existe uma diferenciação social em consequência do seu sexo. Esta afirmação demonstra claramente como o país adota o sistema de organização cultural não guineense, isto é, a manifestação cultural que se encontra em Guiné-Bissau é a manifestação europeia. Segundo Santos (2015) afirma que a manifestação é algo que pode ser vista como uma vitória, porque começa com uma pessoa para coletivo.

A desigualdade educacional é uma das grandes infrações dos direitos das mulheres e meninas e também uma barreira importante ao desenvolvimento social e econômico. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem reconheceu o direito à educação, declarou que a educação primária deve ser gratuita e obrigatória, e que os níveis superiores de educação devem ser acessíveis a todos, com base no mérito. (ONU, 2023, p. 3).

Portanto, refere-se à organização incentivar a integração das questões da igualdade de gênero na educação em Guiné-Bissau, em todos os níveis, desde a infância até o ensino superior, em todos os cenários de forma, não formal e informal, e em todas as áreas de

intervenção, desde que o planejamento de infraestrutura até a formação de professores.

Vale salientar que na Guiné-Bissau é importante ajudar os cidadãos a desenvolver as suas capacidades de planejamento educativo, bem como formar professores, em abordagens sensíveis ao gênero, porque a gerência dos avanços e conquistas, através da coleta e análise de dados desagregados por sexo na educação e o acompanhamento dos instrumentos normativos relacionados à igualdade de gênero na sociedade guineense.

A igualdade entre os gêneros é um conceito mais complexo e também mais difícil de medir. A plena igualdade entre os gêneros implicaria que fossem oferecidas a meninos e meninas as mesmas oportunidades de frequentar a escola, e que eles se beneficiassem de métodos de ensino e de currículos isentos de estereótipos e de orientação acadêmica e serviços de aconselhamento que não fossem afetados por preconceitos de gênero. (ONU, 2023, p. 5).

Desta forma as pessoas devem entender absolutamente e depois inicia-se o trabalho dinâmico, com um conjunto de objetivos que se pretende atingir, como: perceber qual é o papel da escola na promoção da igualdade de gênero; onde a escola reproduz os estereótipos de gênero, e em que medida existe uma naturalização das relações de poder na educação na sociedade guineense; como as questões de gênero abordadas na escola têm impacto na construção das identidades dos alunos e das alunas; e se existe especial atenção dos intervenientes do processo educativo na Guiné-Bissau sobre as questões de gênero na escola pública e privada.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2001, p. 15), a educação das meninas continua a ser um desafio importante, apesar da atenção que recebeu internacionalmente, 68% de todas as crianças não têm acesso à educação.

Partindo desse pressuposto, da escola na Guiné-Bissau ser um importante espaço de socialização que ajuda a "moldar" identidades, abordaremos a questão relativamente ao gênero, a construção dos estereótipos de gênero, o papel do gênero na construção da Guiné-Bissau e identidade de gênero até ao "ser-se mulher" e "ser-se homens", finalizando com a abordagem do papel dos estereótipos de gênero na construção da identidade de gênero.

Segundo constituição da República da Guiné-Bissau (1996. p. 6) no artigo 25º, o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, econômica, social e cultural. Mas na vida prática, na sociedade guineense, não existe essa igualdade, existe uma restrição das mulheres na sociedade em geral.

As mulheres são vistas em determinados espaços públicos, enquanto no espaço

privado são permeadas por características que moldam as relações entre os indivíduos nas divisões sexuais do trabalho.

No entendimento de Filomena Mendes Mascarenhas Tipot (2018), as mulheres são relegadas a um papel doméstico, enquanto os homens são valorizados na esfera pública e política. Essa divisão impõe as mulheres o âmbito doméstico, enquanto, para o homem, será percebido nas outras esferas de suas vidas.

Existem responsabilidades exclusivas que recaem contra as mulheres quanto estão na vida doméstica, produzindo para elas desvantagens em suas vidas privadas e públicas, de modo que elas têm menos tempo e recursos para investir nas suas vidas profissionais. Em contrapartida, os homens são posicionados como ocupantes dos espaços públicos, ao mesmo tempo, em que as mulheres são delegados os espaços privados, cujas tarefas não são remuneradas, protegidas ou reguladas. As mulheres ficam muitas horas semanais com os fazeres domésticos, e para os homens estas atividades são quase nulas.

Rosaldo (1995), mostra que a linha de investigação reivindica que se autoridade formal não é algo que agrada às mulheres, então, devemos aprender a entender os poderes femininos informais; se as mulheres operam nas esferas "domésticas" ou "familiares", então precisamos focalizar nossa atenção em arenas como estas, onde mulheres podem fazer reivindicações.

Na maioria dos países, independentemente da renda, as mulheres assumem uma responsabilidade desproporcional em termos de tarefas domésticas e prestação de cuidados, enquanto os homens são responsáveis principalmente pelas atividades no mercado. (BANCO MUNDIAL, 2012. p. 29).

Mead (1988), ressalta que em algumas sociedades os homens são os que assumem as responsabilidades e eles são chefes na apresentações públicas, e essa realidade não está fora do contexto guineense.

Muitas das vezes os homens são os primeiros na família a serem provedores financeiros. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (2022), os atores do setor público proporcionam emprego aos homens (17,2%) aproximadamente três vezes mais que as mulheres (5,9%) e na administração pública, os homens continuam mais numerosos que as mulheres (13,6% contra 4,4%), de tal forma que a necessidade de entrar para força de trabalho em busca de sustento.

Os postos de trabalhos são colocados sobre eles antes das mulheres, com isso é notório que quase metade das mulheres em idade ativas não estão ocupadas ou estão em busca por emprego. Essa desigualdade através do poder econômico entre homens e mulheres tem

vários âmbitos, em que as mulheres ainda são vistas como inferiores, no âmbito econômico e também, jurídico.

A desigualdade de gênero é um dos fatores fortemente associados à baixa qualificação das mulheres guineenses para inserção na política e na carreira diplomática, ou seja, no mercado de trabalho e na esfera pública. (SANCA, 2014. apud SANCA, 2019. p.28).

Refletir sobre a temática da educação escolar na Guiné-Bissau e o papel da educação na promoção da igualdade de gênero nos possibilita questionar a reprodução dos estereótipos de gênero dominantes na sociedade guineense, explorando a questão dos programas, manuais, linguagem e expectativas dos professores com os alunos, como veremos a seguir.

6.2 INCLUSÃO DAS MENINAS NAS ESCOLAS

Quando se fala da inclusão, estamos a referir em aceitar que todos têm o mesmo direito, o que não integra a realidade do Sector de Safim, que tem poucas meninas nas escolas, pois, as meninas entram nas escolas, mas com o tempo elas acabam por abandonar, e essa evasão escolar tem como principal contributo o casamento precoce.

Milhares de meninas em idade escolar são obrigadas a casar e viver em função da casa e de seus maridos, o que resulta em gravidez precoce, correndo riscos, como ressalta a Doria que:

O casamento infantil tem impacto negativo sobre as oportunidades educacionais das meninas, e suas consequências econômicas podem ser diretas ou indiretas de forma direta, privar uma menina das oportunidades de aprendizado, limita suas perspectivas de emprego e sua capacidade de adquirir habilidades úteis (DORIA, 2016, P. 18).

Segundo Ribeiro (2013, p. 77) o casamento forçado é a união de duas pessoas sem que uma delas esteja interessada na relação, que deverá se estabelecer mesmo sem que um dos envolvidos esteja sequer disposto a se casar.

No sector de Safim, há meninas que foram dadas para casar, mas não eram os seus desejos e acabaram por descobrir que iriamem breve celebrar seu casamento através das coisas que foram compradas, para o tal casamento, ou através dos vizinhos. Por vezes, ao terem conhecimento sobre o casamento, estes, com homens mais velhos, costumam fugir da casa dos seus pais e mesmo assim, são obrigadas a casar, pois se entende que houve um investimento para a realização do casamento.

Martins (2016), demonstra que muitas dessas mulheres são aprisionadas pela

cultura, através da opressão masculina, entendida como marca própria dessa cultura, da tradição, ou seja, a cultura da etnia.

Mais de 30% das guineenses menores de 18 anos estão casadas. Os casos de casamento precoce estão a diminuir no período de 2014 a 2018 (37%, 1% e 30% respectivamente). As raparigas são as principais vítimas desta forma de violência (antes de 15 anos 8, 1% e antes de 18 anos 25, 7%). (INE, 2022. p. 36)

Sendo assim, no sector de Safim, em algumas etnias, são realizados os casamentos forçados, mesmo que as meninas tenham idade entre 12 e 13 anos e estejam em idade escolar. Para a família, a escola acaba sendo uma barreira para a continuidade da tradição. Além do casamento, o trabalho doméstico também é um fator que contribui para a evasão escolar:

As meninas são chamadas a desempenhar tarefas domésticas cujas características diárias e repetitivas – tais como varrer e limpar a casa, preparo das refeições, apoiar as mães nos cuidados com irmãos menores, venda de frutas e amendoim como fonte de renda para a família, etc. não lhes permitem ser frequentes e permanentes no recinto escolar, contribuindo assim para abandonarem os estudos. (DIAS, 2021. p. 24).

As tarefas cotidianas são um dos fatores que influenciam na evasão escolar das meninas no sector citado. A necessidades familiares do trabalho doméstico nega muitas vezes as meninas de se quer serem matriculadas na escola. Lavar roupas, cozinhar, vender, cuidar dos irmãos mais novos, limpar casa, estes são exemplos de coisas que podem tirar uma menina da escola e mesmo quando estas são matriculadas, a rotina diária acaba contribuindo com a sua ausência e posterior desistência, pois elas tendem a não ter tempo para estudar.

Seide afirmou que:

Quando se coloca em jogo a situação das mulheres, os números são mais alarmantes ainda. A Guiné-Bissau possui uma taxa total de alfabetização de 59.9%, num universo de pouco mais de um milhão de pessoas, conforme os dados da UNESCO para 2015. Dentro da população guineense, 71.8% dos homens são alfabetizados contra 48.3% das mulheres [4]. Enquanto homens podem ir para a escola, essas mulheres são incumbidas, na maioria das vezes, a função de cuidar do lar. (SEIDE, 2022. N/P).

Por isso, podemos entender que os meios financeiros são um dos fatores que influenciam a presença das meninas no ambiente escolar, porque às vezes, os pais dão mais prioridade para os meninos, no momento que eles não têm recursos financeiros, afetando a entrada e permanência das meninas. Como pode ser observado, a questão econômica também contribuí na evasão escolar, uma vez que elas acabam por abandonar a escola, a procura de uma renda, para auxiliar nas despesas de casa.

Na Guiné-Bissau, os fatores históricos, socioculturais e religiosos explicam de certa forma os desequilíbrios constatados entre as diferentes regiões. As evasões de certos grupos da população, sobretudo das meninas, não era novidade e constituíam o fraco desempenho escolar do ensino básico nessas localidades. No que diz respeito aos fatores históricos, na Guiné-Bissau, durante a ocupação colonial, a exclusão do processo educacional, motivo pelo qual não há até hoje uma cultura escolar que permita aos pais valorizar a escola e incentivar os filhos a ir às aulas (OCUNI CÁ, 2008, p. 212).

Em vista disso, os pais também podem ser a razão da evasão escolar, uma vez que não incentivam suas filhas e isso influencia, principalmente se elas apresentam desinteresse pela escola, ou seja, os pais não têm mais voz que as obriguem a ir à escola e elas acabam por abandonar. Outro fator de abandono é o período da campanha de castanha de caju, nesse período muitas das meninas deixam de estudar para ir à campanha, trabalhar em prol das suas famílias.

É preciso que o Estado guineense, enquanto órgão que rege a educação na Guiné-Bissau, busquem expandir o acesso das meninas e das mulheres a oportunidades de aprendizagem, na educação formal e não formal, por abordagens inovadoras que utilizam informação explícita na sociedade guineense.

6.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Consideram-se públicas tudo aquilo que o Estado faz para o seu povo para minimizar a desigualdade social, ou seja, as políticas públicas têm como finalidade garantir o bem-estar social do povo. Criar mecanismos para garantir acesso a todos, assim como, acesso ao ensino de qualidade e o combate da evasão escolar.

Pois pensar a educação é pensar na melhoria do povo, é pensar no futuro do país e contribuir para que toda a população possa ter melhores condições. É dever de quem governa elaborar políticas que possam promover gradualmente o acesso a uma educação pública de qualidade e gratuita a todos os cidadãos em diversos graus de ensino. Principalmente para aqueles que se encontram em condições de difícil acesso, os que estão em maior desvantagem de ter acesso a esse bem precioso que é a educação. (SAMPA, 2015. p. 2).

A importância das políticas públicas na educação, em um país de dimensões com alto índice de desigualdade social, vem para corrigir distorções sociais e garantir que mais pessoas tenham acesso à educação. Os programas do governo têm que ter o objetivo de ampliar o acesso à escola, garantir educação de qualidade, combater evasão escolar e valorização dos professores.

Políticas Educacionais dizem respeito, portanto, a decisões do governo, com incidência no âmbito escolar, enquanto ambiente de ensino-aprendizagem. Tais

decisões envolvem questões: construção do prédio, contratação de profissionais, formação de docente, carreira, valorização profissional, matriz curricular, gestão escolar, etc., portanto, políticas educacionais são aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar (BARBOSA, 2010, p. 23).

As políticas públicas são um conjunto de decisões governamentais tomada na forma de programas, de planos, de ações ou projetos, para garantir os direitos estabelecidos pela constituição, como no artigo 49º da constituição da República da Guiné-Bissau que estabelece a obrigatoriedade do direito à educação, por isso ela é destinada para todos os cidadãos, independentemente da raça, classe social ou gênero.

Nesse sentido, a política educacional é uma política pública social, enquanto busca a redução das desigualdades, volta-se para o indivíduo – não como consumidor, mas como cidadão, detentor de direitos, e uma política setorial, uma vez que se refere a um domínio específico. (MARTINS, 2010. p. 499).

Seguindo a mesma ideia sobre os direitos à educação, as organizações sociais também defendem a mesma ideia da educação para todos. Essa garantia da educação tem sido um trabalho que as famílias, organizações governamentais, assim como, as não governamentais estão implementando. Entretanto, mesmo que todos os setores estejam atuando em defesa da mesma ideia, constatai-se algumas divergências entre a realidade e tais garantias.

No entanto, apesar de existir alguns parâmetros ou evidências que demonstram a preocupação do governo na luta para implementação de um ensino melhor, porém o plano não foi ainda concretizado. Para isso, percebe-se que o setor educativo guineense a sua estruturação não foi pensado ou elaborado na própria realidade social do povo. (INSIGUÉ, 2021, p.64).

O próprio Estado guineense não cumpriu com as suas obrigações de garantir a educação de qualidade, o que podem ser verificadas nas sucessivas greves na área da educação, tendo como motivação a falta de pagamentos dos professores, o que acabam por afetar os estudantes, principalmente das classes sociais baixas. As greves criam um grande impacto na educação guineense, pois tem duração média de 3 meses, mas podem se estender ao ponto de anular o ano, como aconteceu em 2015.

Lembro que no meu último ano do ensino médio houve greve nas escolas públicas e os professores suspenderam as aulas por conta do atraso nos seus salários. Este ano em específico foi verificado um mau funcionamento do ensino, no que resultou na manifestação dos estudantes em frente ao Ministério da Educação e no Palácio do Governo.

[...] Muitas vezes, o governo guineense não cumpre a sua obrigação de pagar os salários aos professores, e isso acaba a interromper o andamento das aulas e dificultar

a continuidade do ano letivo escolar. Por esse motivo, MCCI tem realizado marchas em colaboração com associações dos estudantes, para exigir que o governo respeite o direito à educação dos cidadãos Bissau-guineense, pois exigem que o governo assuma seus compromissos com docentes. (CUMBA, 2022. p. 21).

O sistema do ensino guineense ao longo dos anos tem se deparado com grandes dificuldades, de várias ordens: falta de pagamento de salário dos professores, falta de infraestruturas educativas, falta de recursos humanos qualificados e ausência de uma política séria da educação. Estes fatores contribuem para haver instabilidade constante e permanente no sector, e traz consequências graves ao ensino público, tal como, a descredibilização do ensino público, mantendo grande parte da população guineense no analfabetismo.

Em seguida, o movimento estendeu a sua área de atuação, olhando por outros setores, como saúde, educação e outros, logo depois se começaram a organizar as marchas a favor dos estudantes das escolas públicas que em sua grande parte são indivíduos de classe social baixa (pobres), naquele momento esses estudantes não estavam tendo aulas por conta da greve no setor da educação[...]. (CUMBA, 2022. P. 21).

Percebe-se que o Estado da Guiné-Bissau tem elaborado poucas políticas públicas que visam a integração das pessoas no ensino e que combatem o abandono escolar. Nesse caso, o Estado precisa colocar a obrigatoriedade das políticas públicas educacionais em prática, para que a educação torne-se acessível a todos, independentemente das condições financeiras. Com a aplicação dessas medidas, poderemos ver, daqui há alguns anos, uma reparação e uma mudança positiva no cenário educacional.

7 METODOLOGIA

Devido à essência do nosso projeto de pesquisa, a pesquisa é de abordagem qualitativa. Para Marconi e Lakatos (2010), a metodologia qualitativa diferencia-se com todos os métodos de pesquisa em inúmeras proporções, principalmente o método quantitativo, isto é, pelo processo de coleta e análise de dados, e, por outro lado, pelo não uso privilegiado de instrumentos estatísticos. Para as autoras acima mencionadas, a metodologia qualitativa preocupa em analisar e interpretar de forma mais profunda os aspectos complexos da natureza humana.

De acordo com Minayo (2002, p. 21-22), a pesquisa qualitativa responde questões muito particulares. Em ciências sociais, ela se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, realidades que não podem ser baseados nos procedimentos estatísticos, pois trabalha com um coletivo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes,

o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

No que concerne aos procedimentos de dados, pretendemos realizar no primeiro momento a pesquisa bibliográfica, na qual trabalharemos com artigos, dissertações e teses, além de outros documentos que possuem uma ligação direta com a nossa temática. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Enquanto técnica de coleta de dados, pretendemos realizar entrevistas. A técnica em questão ajuda o pesquisador a compreender as perspectivas e experiências dos entrevistados em relação à temática. Para o nosso projeto de pesquisa, faremos uma entrevista semiestruturada. Marconi e Lakatos (2010), definem este tipo de entrevista como assistemática e livre, possibilitando ao pesquisador ter a liberdade de desenvolver cada situação a partir de diferentes perspectivas.

Pretende-se realizar uma pesquisa de campo, no setor de Safim - Região de Biombo, para entrevistar cinco (5) meninas que foram prematuramente levadas ao casamento. Por outro lado, também vamos entrevistar cinco (5) meninas que conseguiram dar continuidade aos estudos e frequentam o ensino médio.

Buscaremos também entrevistar o coletivo "MINDJER IKA TAMBUR", que nos últimos dois anos têm trabalhado para desconstruir a lógica patriarcal da desigualdade.

Quanto ao procedimento de análise e interpretação de dados, empregamos a análise do conteúdo por conta da natureza da temática. Para Minayo (2002), esta análise permite ao pesquisador apurar as hipóteses, favorecendo a descodificação do sentido das informações obtidas a partir dos textos, artigos e livros trabalhados, juntamente com as intervenções dos nossos interlocutores.

Assim sendo, o nosso trabalho estará dividido em três momentos importantes. No primeiro, organizaremos os dados em ordem, para facilitar as seleções dos assuntos primordiais. No segundo momento, faremos escolhas dos assuntos baseados na temática que possibilitarão uma análise satisfatória para a interpretação. No terceiro e último momento, análise rigorosa da nossa percepção sobre o assunto em questão, e as intervenções dos nossos entrevistados.

8 CRONOGRAMA

ATIVIDADES	2023.1	2023.3	2024.1	2024.2
Revisão Bibliográfica	X	X	X	
Coleta de Dados		X		
Análise dos dados			X	
Redação Final da Pesquisa				X

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL: **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 12: igualdade de gênero e desenvolvimento**. 2012. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/4391/WDR%202012%20Overview-Po.pdf?sequence=14&isAllowed=y> Acesso em 17 maio 2023.

BARBOSA, Maria Gláucia Linhares Batista. **As políticas educacionais da secretaria estadual de educação do estado de Rondônia (1998-2010)**. 2012, 122 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade Federal de Rondônia, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação. 2012.

BARROSO, Carmen. Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 573-582, set./dez. 2004

CÁ, Lourenço Ocuni. **A constituição da política do currículo na Guiné-Bissau e o mundo globalizado**. EdUFMT, 2008.

CABNAL, Lorena: **Defender o território-terra e não defender o território-corpo é uma incorrência política. In: Outras Economias: Alternativas ao capitalismo e ao atual modelo de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, 2018, PP 23-29.

CUMBA, Lula Mário. **Mobilização dos movimentos sociais na Guiné-Bissau: a atuação do Movimento dos Cidadãos Conscientes e Inconformados (MCCI) entre as ruas e o Facebook (2016-2019)**. 2022. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

DIAS, Talismã Nice Fero Gomes. **Gênero e educação: representação da mulher nos livros didáticos do ensino básico dos 1º e 2º ciclos na Guiné-Bissau**. 2021. 2021, 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, 2021.

DORIA, Thaila Renata Teixeira. **O impacto socioeconômico do casamento infantil para as mulheres: uma apreciação da literatura.** 2016, 44 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas), Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6º ed. São Paulo: Altas, 2008.

GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República da Guiné-Bissau,** de 1996.

GUINÉ-BISSAU. Ministério da Economia e Finanças. **Inquérito aos Indicadores Múltiplos, 2018-2019.** 2020.

IMPANTA, Iadira Antonio. **Estudantes guineenses na UNILAB, Ceará, Brasil: coexistência, representações interétnicas e questões de gênero.** 2015. 90 f. Monografia (Bacharelado em Humanidades), Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, 2015.

INSIGUÉ, Januário Manuel. **Política de gestão educacional na Guiné-Bissau (2012 – 2019).** 2021, 76 f. Monografia (Graduação presencial em Administração Pública), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas- (ICSA). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção-Ceará, 2021.

INE. Instituto Nacional De Estatística. **Indicadores chaves 2020.** Disponível em: <<https://www.stat-guinebissau.com/index.html#>> . Acesso em: 25 fev. 2023.

INE. Instituto Nacional De Estatística. **Mulheres e Homens na Guiné-Bissau.** 2022. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-03/ESTATI%CC%81STICA%20DE%20GÊNERO%20GUINE%CC%81%20BISSAU%202023_230328_101506.pdf: Acesso em 12 de abril de 2023.

INPGB; Instituto Nacional de Pesquisa Gb: **Estado e Estrutura da População:** Terceiro recenseamento geral da população e habitação. Bissau, 2009.

LUGONES, María. Rumo a um Feminismo Descolonial. *Estudos Feministas*, 22, 3, 2014, pp. 935-955. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v22n3/13.pdf>. Acesso em 20 junho 2023.

MARCONI, M. de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.** São Paulo. Ed. Atlas S.A. 2010.

MARTINS, Catarina. **Nós e as Mulheres dos Outros. Feminismos entre o Norte e a África.** Revista Geometria da Memória. Edições Afrontamento, 2016. PDF.

MARTINS, Paulo Sena De. **O financiamento da educação básica como política pública.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 26, n. 3, 2010.

MEAD, Margaret. “Os Tchambuli habitantes do Lago”, “A padronização do temperamento sexual” e “conclusão” Em: Sexo e Temperamento. São Paulo: Perspectiva, 1988: 229-276; 293-304

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: **Teoria, Método e Criatividade**. 21º Ed. 2002.

N'BUNDE, Timóteo Saba. **As Políticas Externas Brasileira e chinesa para a GuinéBissau em abordagem comparada (1974-2014)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

ONU. **Relatório Conciso, Gênero e educação para todos, o salto rumo à igualdade**. Organização das Nações Unidas. 2003.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2021.

RIBEIRO, Giselle R. **O casamento, uma imposição para meninas e jovens da Guiné-Bissau**. Ano? Disponível em: <http://www.academia.edu/2950180/O_casamento_uma_imposi%C3%A7%C3%A3o_para_meninas_e_jovens_da_Guin%C3%A9-Bissau>. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e entendimento intercultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, n. 01, ano 01, 1995, pp. 11-36.

SAMPA, Pascoal Jorge. Situação do Ensino Pública em Guiné-Bissau: Desafios e Possibilidades para uma Educação de Qualidade. **Anais do VII FIPED**, 2015.

SANCA, Naentrem Manuel Oliveira. **Inserção da mulher na carreira diplomática em Guiné-Bissau**. 51 f. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais), Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019.

SARTORI, Ari José; BRITO, Néli Suzana (Org.). **Gênero na educação: espaço para a diversidade**. 2 ed. Florianópolis: Genus, 2006.

SANTOS, Antônio Bispo dos. 2019. Somos da terra

SEIDE, Mamadu. **A desigualdade de gênero no acesso das meninas à educação na Guiné-Bissau**. Projeto Educação, Publicado em 11 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://projetoeducacao.cedis.fd.unl.pt/2022/01/11/a-desigualdade-de-g%C3%AAnero-no-acesso-das-meninas-a-educacao-na-guine-bissau/>. Acesso em 19 de fevereiro de 2023.

UNESCO. **EDUCAÇÃO para Todos: o compromisso de Dakar**. Brasília, Conselho Nacional de Secretários de Educação, Ação Educativa, 2001.

UNICEF. **Política social e seguimento & avaliação Habilitando sistemas de proteção social para todas as crianças**. Guiné-Bissau, 2019. Disponível em: <https://shre.ink/HMva> Acesso: em 12 de janeiro de 2023.

VOZ DI PAZ (Org.). **Fala di Mindjer: As vozes das mulheres**. Além da pressão social e das barreiras institucionais: o papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão na GuinéBissau. Março de 2018.

